



LUIZ CARLOS DUARTE

• Acidente aconteceu na Rua Ingrácia Pinheiro

Buraco engole roda de caminhão

• Acidente aconteceu com caminhão de lixo do Demlurb, no Santa Luzia

Um buraco na Rua Ingrácia Pinheiro, no Santa Luzia, engoliu a roda traseira de um caminhão de coleta de lixo do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (Demlurb) no início da tarde de ontem. Segundo o motorista, Luiz Gonzaga Ambrósio, o asfalto cedeu enquanto o veículo estava parado para que os garis recolhessem o lixo, na altura no número 160.

O caminhão HMM-8651-JF pesa 9,5 toneladas e, no momento do acidente, carregava outras 7 toneladas de lixo na carroceria. A profundidade do buraco era tamanha, que o eixo das rodas ficou encostado no chão. A direção do Demlurb foi acio-

nada, para tomar as devidas providências.

RECLAMAÇÕES

Com a presença da equipe de reportagem do JF HOJE, moradores da Rua Ingrácia Pinheiro aproveitaram para reclamar das péssimas condições da via e exigir providências da Prefeitura. O local é constantemente afetado pela erosão das chuvas, e o asfalto está coberto de remendos.

SOLUÇÕES

Por volta de 15h, o Demlurb retirou o veículo do local. Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria de Obras, a área onde está o buraco foi interditada. Ainda conforme a assessoria, o afundamento do asfalto aconteceu em razão de erosão na galeria de águas pluviais. A Secretaria de Obras afirmou que os reparos começam a ser feitos hoje

Pedido de instalação de aterro é suspenso

• Justiça mandou suspender pedido e licença de instalação na BR-040

Apesar de previstas para começar em abril, as obras da Central de Tratamento de Resíduos ainda têm futuro incerto. Isso porque a Justiça mandou suspender a tramitação do pedido de licença de instalação. A decisão foi tomada com base em processo em que o vereador José Sóter Figueirôa questiona a localização do novo aterro sanitário, além de licitação e contrato firmado com a Vital Engenharia Ambiental S/A, do Grupo Queiroz Galvão, já condenado pela Justiça de São Paulo por contrato irregular de prestação de serviços públicos de limpeza urbana em Guarujá (SP). A obra só poderá começar após análise do projeto por parte do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema).

A paralisação do processo também se deve ao recurso impetrado por Figueirôa contra a liberação da licença prévia, que chegou a ser concedida à Prefeitura. Como o caso ainda não

foi encerrado pela Justiça, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) estaria impedida de conceder licença de instalação para o empreendimento. O caso ainda pode ser levado para a Câmara Normativa e Recursal do Conselho de Política Ambiental (Copam), que, segundo fontes ligadas ao setor, é mais rigorosa na análise da concessão de licenças.

LICENÇA PRÉVIA

O diretor-geral do Demlurb, Aristóteles Faria, confirma que a Feam concedeu licença prévia para instalação da Central no terreno próximo à BR-040, em Dias Tavares. No entanto, a Vara da Fazenda Pública Estadual considerou que apenas o aval do órgão estadual não seria suficiente para liberação da obra. Para isto, solicitou que o Condema também desse seu parecer.

Porém, segundo a superintendente da AgendaJF, Sueli Reis, a avaliação feita pelo conselho local não deve interferir na autorização dada por Copam e Feam.

— Os empreendimentos, para análise ambiental, são divididos em categorias. As de nível superior, como é o caso da Central, são feitas diretamente

pelo Copam. O que o Condema vai fazer é conhecer o projeto. Vamos enviar o documento à Câmara de Infraestrutura do conselho, que tomará conhecimento dos detalhes e, se considerar necessário, vai apresentá-lo durante plenária — declarou a superintendente, afirmando que há interesse por parte da Prefeitura em pedir a opinião do Condema — Seria interessante, mas não obrigatório.

Aristóteles acredita que a confusão judicial não será empecilho para que a obra seja iniciada até abril.

— Feam já deu licença prévia. Por uma questão de precaução, o Condema também fará seu parecer. Mas tudo isso não atrapalha em nada, já que a obra ainda não começou. Em breve, tudo estará resolvido.

A validade de operação do Aterro Sanitário do Salvaterra termina em novembro, prazo previsto pelo Demlurb para início das atividades da Central de Tratamento de Resíduos.

A Vital Engenharia Ambiental S/A foi procurada pela equipe de reportagem para comentar o assunto. No entanto, o escritório de Juiz de Fora informou que não conseguiu contato com o setor de Marketing da empresa, responsável pela resposta.

Queiroz Galvão em maus lençóis também em SP

O caso de Juiz de Fora não foi o único que levou prejuízo ao grupo Queiroz Galvão nesta semana. Na última segunda-feira, a Justiça de São Paulo condenou a construtora e Vital Engenharia Ambiental a ressarcimento de mais de R\$ 20 milhões aos cofres da prefeitura de Guarujá. O grupo é acusado de contratação irregular na prestação de serviços de limpeza urbana da cidade do litoral paulista. A empresa pode

recorrer da decisão.

De acordo com o Tribunal de Justiça de São Paulo, em junho de 2006 a empresa foi contratada, sem licitação, por período de 180 dias sob o valor de R\$ 8,3 milhões. Dois meses depois, com a justificativa de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, foram acrescentados mais R\$ 295 mil ao valor repassado à construtora pelo município, além de R\$ 99 mil mensais para serviços da

equipe para trabalhos diversos. Ao fim do período previsto, foi feito novo contrato de emergência no valor de cerca de R\$ 12 milhões.

Além de ressarcir os cofres públicos, a Queiroz Galvão ainda terá que pagar multa civil no valor de cem vezes o salário do prefeito de Guarujá. Fica também proibida de ser contratada pelo poder público, receber benefícios e incentivos fiscais pelo prazo de três anos.